

Bairros pobres têm a vida econômica fora da lei

Foto de Samuel Vieira

Rogéria Gomes

A clandestinidade econômica em que vive boa parte da população de bairros da periferia da Grande Vitória vai muito além do que se conhece da economia informal, essa que se torna mais evidente tanto maior é a recessão. Nos bairros de periferia, constata-se a existência de cidadãos que vivem completamente à margem de toda e qualquer regra, alheios a quaisquer legislações trabalhista, comercial, fiscal e outras. E não fosse a sobrevivência garantida por essa vida econômica fora da lei, a recessão e o desemprego certamente seriam muito maiores.

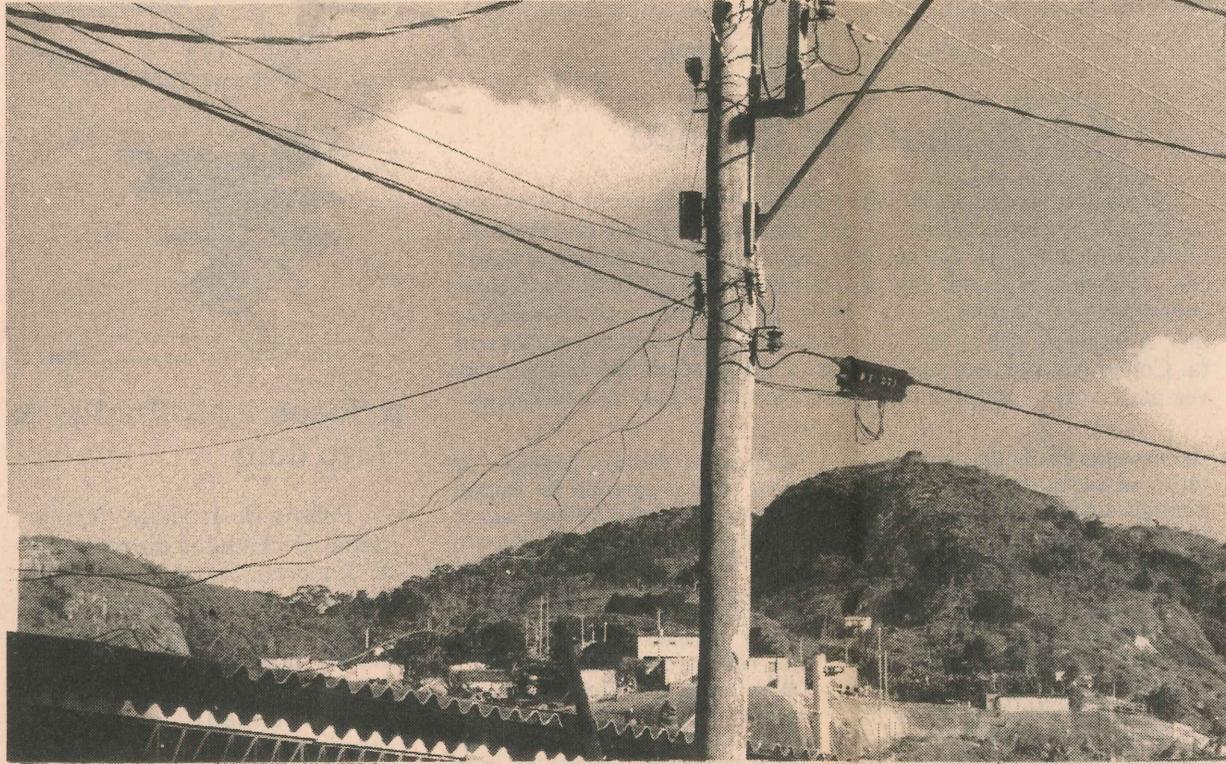
Na periferia vende-se, compra-se, fabrica-se e conserta-se de tudo sem o conhecimento oficial dos poderes legalizados. Mora-se em casas não-escrituradas, compra-se em comércios não-legalizados e emprega-se pessoas sem qualquer tipo de contrato formal. Impera a lei do escambo, onde uma casa sem escritura pode ser trocada por um terreno também sem registro e mais uma bicicleta comprada sem recibo no comércio local.

Invasões

Nos bairros surgidos de invasões, como os da região da Grande São Pedro, a quantidade de botecos, mercearias, oficinas de conserto e outros pequenos comércios é incontável. Nos bairros São Pedro I, II e IV o comércio clandestino chega a representar 90% de todas as atividades comerciais, segundo avaliou o diretor do Movimento Comunitário destas localidades, Elizeu Moreira dos Santos. Ele acrescentou ainda que 99% das residências, ou seja, praticamente todas, não têm escritura de propriedade.

Na tentativa de solucionar essa questão das residências sem escritura dois funcionários da Companhia de Desenvolvimento de Vitória (CDV), ligada à Prefeitura, estão fazendo plantão no Centro Comunitário durante três dias por semana, orientando os moradores interessados em legalizar a situação de suas casas. Os funcionários atendem a uma média de cinco pessoas por dia, segundo informaram, mas nem todas chegam a fazer a escritura junto a Prefeitura, desanimadas com o valor da taxa que têm de pagar referente ao Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), preferindo continuar na clandestinidade. O plantão da CDV no bairro começou há um mês e termina no dia 4 de junho.

A maior parte do comércio de bairros como São Pedro é instalado precariamente em pequenos espaços, muitas vezes resultantes de pequenas "puxadas" feitas nas residências. Muitos deles são botecos ou mercearias, mas também existem oficinas e pequenas feiras de verduras. O presidente do Centro



Ligações elétricas clandestinas usadas por residências e pequenas empresas são comuns em bairros mais pobres

Comunitário também ressaltou a existência de fabriquetas de picolés, doces e até bolsas. Estas últimas, segundo ele, são vendidas até para fora do Estado, mas a fábrica não é registrada e os funcionários que lá trabalham normalmente são menores de idade e sem qualquer tipo de contrato, "a não ser o que se combina de boca". Ele também citou os inúmeros "fórrós" que funcionam no bairro, cobrando ingresso e mantendo bares, todos clandestinos.

A região que é hoje a Grande São Pedro surgiu em 1977, de uma invasão feita por cerca de cinco mil pessoas, mas hoje a população do local já soma 85 mil, segundo informou Elizeu Moreira dos Santos. Ele enfatizou que a clandestinidade em que vive a maioria dos moradores é consequência da falta de emprego e acaba se tornando fundamental à sobrevivência. "É uma questão social", observou ele. Na mesma situação estão outros bairros da região da Grande São Pedro, como Estrelinha, Grande Vitória, Inhanguetá.

Para o presidente do Movimento Comunitário do Bairro São Cristóvão, Ludovico Pimentel Serra, a Prefeitura tem boa parte da culpa na questão da clandestinidade de algumas unidades comerciais. Isso, segundo ele, porque muitas das oficinas e serralherias que funcionam no bairro de maneira irregular já tentaram regularizar suas situações, mas são impedidas por limitações contidas no Plano Diretor Urbano (PDU) de Vitória, que não permite esse tipo de atividade nos bairros.

Serra salientou que pelo menos

50% do comércio no bairro São Cristóvão não possui qualquer registro, mas há muito tempo as pessoas sobrevivem dessas atividades e são pessoas que, até pela estrutura dos negócios que mantêm, não têm a menor condição de arcar com taxas e impostos e vivem à margem do que pode ser considerado como uma situação normal. O bairro tem cerca de 35 mil moradores, muitos dos quais vivem à custa de atividades clandestinas, conforme observou o presidente do Centro Comunitário.

Fuga

No Bairro Andorinhas, as serralherias e oficinas de lanternagem e pintura têm o mesmo problema observado em São Cristóvão: sua existência neste bairro é vetada pelo PDU, mas quando foram ali instaladas a proibição não existia e é complicado para seus proprietários mudar de ramo agora ou deslocar-se para outro local, segundo ressaltou o presidente do Centro Comunitário, Antônio Siqueira. Na tentativa de fugir às multas dos fiscais da Prefeitura, muitas dessas pequenas oficinas fecham durante o dia e trabalham à noite, segundo conta Siqueira, acrescentando que os comércios não registrados também são comuns na região.

Em relação ao PDU, a diretora do Departamento de Planejamento Urbano da Prefeitura de Vitória, Maria de

Lourdes da Silva Oliveira, explicou que realmente a legislação não permite a instalação de oficinas e pequenas indústrias nos bairros e a intenção, ao elaborar a legislação, era preservar áreas residenciais de atividades que pudessem causar algum tipo de perturbação. Ela frisou, contudo, que a Prefeitura reconhece que muitas vezes essas atividades são necessárias à vida dos bairros e afirmou que existe a intenção de se fazer uma reformulação do PDU, para que as regras sejam adequadas às necessidades dos bairros. O PDU em vigor foi elaborado em 1984.

Antônio Siqueira observou que o número de casas sem escritura e de bares sem registro também é grande no Bairro Andorinhas, mas não soube precisar quanto representam no comércio total existente no bairro. Também a presidente da Associação de Moradores do Bairro Santa Marta, Fernandina Benedito dos Santos, enfatizou a existência do problema, sem entretanto, falar em números. Ela observou que a falta de escritura é um dos problemas mais sérios, explicando que quando alguém vende uma casa, no bairro, passa-se um recibo, que é o único comprovante da transação, mas a grande maioria das residências não são escrituradas. Uma outra questão citada por ela foi referente ao emprego de pessoas sem registro. "Aqui têm casos de comércios que são legalizados, mas que empregam pessoas sem qualquer contrato", finalizou.

Clandestinidade lesa estatais

A clandestinidade econômica da vida na periferia da cidade também pode ser observada nos "gatos" das redes de energia e água. As ligações clandestinas, na Grande Vitória, causam à Espírito Santo Centrais Elétricas (Escelsa) uma evasão de receita da ordem de Cr\$ 160 milhões ao mês. Na Companhia Espírito-Santense de Saneamento (Cesan) a evasão mensal é de pouco mais de Cr\$ 1,5 milhão, mas também existe.

Na região da Grande Vitória, o município da Serra é responsável pela maior parte do consumo clandestino de energia, segundo informou o chefe da Divisão de Utilização de Energia da Escelsa, José Carlos Martins Coelho. A localidade de Vila Nova de Colares, na Serra, é onde se concentra o maior número de "gatos". Em segundo lugar no consumo clandestino de energia estão os bairros Vila Nova e Flexal, em Cariacica. Por último vêm os municípios de Vitória e Vila Velha, sendo que em Viana a Escelsa não tem registro de ligações clandestinas de energia.

Energia

Em toda a Grande Vitória, segundo informou Coelho, são cerca de 6 mil residências que consomem energia de

graça, fazendo suas próprias ligações à rede elétrica. A Escelsa, segundo ele, tem procurado reunir as comunidades e alertá-las em relação ao perigo das ligações clandestinas, mas a empresa reconhece que este é um problema social, uma vez que não tem tido recursos para investir nos programas de atendimento ao consumidor de baixa renda, para ampliar o fornecimento de energia. Coelho salientou que, para amenizar a situação, a Escelsa está buscando apoio financeiro junto às prefeituras. Somando o consumo clandestino de energia em todo o Estado, a evasão de receita na Escelsa chega a ser de Cr\$ 267 milhões ao mês.

Os problemas da Cesan com os "gatos" são bem menores que os da Escelsa. Segundo informações obtidas na empresa, somam apenas 134 as ligações clandestinas de água na Grande Vitória e a empresa deixa de arrecadar com isso Cr\$ 1,550 milhão ao mês. A Cesan está efetuando um levantamento cadastral em toda a Grande Vitória com o objetivo de identificar estas ligações e efetuar a cobrança mensal da tarifa devida e também a penalidade, que corresponde a 12 tarifas mensais relativas ao imóvel.